

## Sociedade

# CERCO À MUTILAÇÃO GENITAL

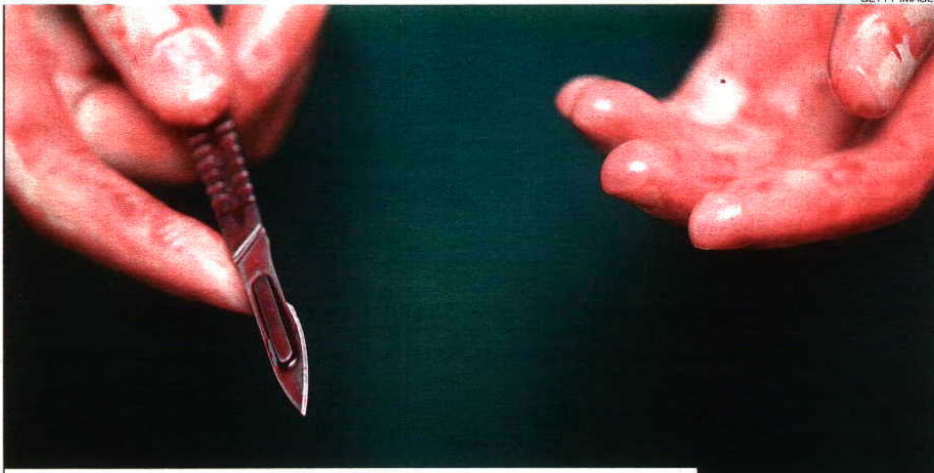
Rita Carvalho  
rita.carvalho@sol.pt

**Autoridades acreditam que a mutilação genital feminina é praticada em Portugal. Por isso, a Polícia está a vigiar bairros, os médicos recebem formação e as comissões de menores têm novas orientações.**

Há cada vez mais indícios de que a mutilação genital feminina (MGF) é praticada em Portugal. Por isso, médicos e enfermeiros estão a ser formados para identificar e encaminhar mulheres e crianças com órgãos genitais danificados e as comissões de protecção de menores já receberam instruções para denunciar o crime e para proteger as meninas em risco de serem sujeitas a esta prática enraizada em muitas culturas africanas. Além disso, segundo apurou o SOL, a Polícia também já definiu procedimentos para actuar nestas situações e já tem sob vigilância bairros nos arredores de Lisboa onde se suspeita que operem as 'fanatecas' (mulheres mais velhas e respeitadas da comunidade que fazem o 'corte' às meninas).

«**Há fortes suspeitas de que a MGF ocorra cá, em comunidades imigrantes. Por isso, demos orientações às comissões de protecção de crianças e jovens (CPJC) para actuar**», disse ao SOL Fátima Duarte, da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens. Assim, há dois meses, este organismo enviou a todas as comissões regionais um documento a definir os meios de combate a esta situação. Nele é solicitado que as comissões passem a partilhar informações sistemáticas com «unidades de saúde, creches, jardins-de-infância e escolas, Polícia, Organizações Não Governamentais e associações e grupos informais de imigrantes».

**Casos novos chegam à Justiça**  
No documento está também claramente definido que, em caso de perigo, as CPCJ devem agir com urgência mesmo que isso implique afastar a criança da família: «Se



Meninas são submetidas ao corte dos genitais, uma prática cultural antiga

existirem indicadores consistentes da possibilidade de ocorrência da prática de MGF, a CPCJ deve de imediato e em simultâneo comunicar ao Ministério Público» (de forma a que seja aberto um processo de promoção de protecção da criança e um processo-crime para punir os responsáveis).

O objectivo das novas orientações é prevenir, apostando na mudança de mentalidades das comunidades, onde esta prática é vista como um acto de amor que assinala a passagem para a idade adulta. Mas também actuar para punir os responsáveis por este crime.

Estava previsto, aliás, que o Parlamento votasse em Julho um projecto do PSD e do CDS que prevê que a MGF passe a crime público, mas a discussão foi adiada para Setembro (ver caixa).

Foi graças à boa articulação entre entidades de saúde, comissões e Ministério Público que chegou há dias a um tribunal da Grande Lisboa uma nova suspeita de crime.

Segundo apurou o SOL, foi numa consulta de rotina no centro de saúde que o médico reparou que a jovem tinha os genitais cortados. Em pânico, esta contou que foi sujeita ao 'corte', sem referir pormenores sobre onde, como e quando. O crime está agora a ser investigado, tendo o tribunal fixado medidas de promoção e protecção a duas outras meninas da mesma família, por risco de serem excisadas.

Além deste caso, a Procuradoria-Geral da República confirmou ao SOL que este ano já foi aberto outro inquérito por suspeita de MGF. Apesar de Portugal ser um país de alto risco, devido à imigração, até agora só tinham chegado à Justiça três casos, que foram arquivados.

**Hospitais sinalizam dezenas de mulheres em poucos meses**  
O problema está a surgir também nos hospitais, principalmente depois de a Direcção-geral da Saúde (DGS) ter promovido a formação de 50 profissionais da Grande Lisboa. As mutilações passaram ainda a ser registadas na plataforma de Dados da Saúde, que desde Março contabilizou nove casos - dados que pecam por defeito, pois «este é um processo dinâmico e muitos pro-

fissionais só agora começaram a saber detectar estas lesões», explica Lisa Vicente, da DGS.

Segundo apurou o SOL, em seis meses e só na Maternidade Alfredo da Costa e no Hospital Amadora-Sintra, foram sinalizadas 25 mulheres, todos na altura do parto.

Ana foi uma delas. Guineense, com apenas 17 anos e a viver numa instituição de acolhimento, deu à luz uma menina há poucos dias. Durante a gravidez, o médico apercebeu-se de que fora mutilada e a menor admitiu ter sido 'cortada' na Guiné, aos quatro anos. Em conversa, garantiu que não tenciona fazer o mesmo à sua filha, mas o caso foi remetido ao núcleo de crianças e jovens do hospital que articula com a comissão de menores e que avaliará agora o risco da bebé.

«O assunto é muito melindroso. Algumas mulheres verbalizam, outras falam por gestos ou fingem que não percebem», afirma Fernanda Matos, directora do Bloco de Partos do Hospital Amadora-Sintra, sublinhando os riscos de trauma psicológico e de saúde que correm estas mulheres. «A maioria diz que não quer sujeitar as filhas», acrescenta a médica, «mas a verdade é que sabem que se não o fizerem estas serão rejeitadas socialmente».

O Amadora-Sintra abrange uma área muito sensível, com bairros de imigrantes onde se suspeita que as crianças sejam submetidas à mutilação, e cada vez mais cedo, para não serem descobertas. Por isso, foi criada uma equipa especializada para acompanhar os casos e difundir a informação no hospital.

Lisa Vicente, da DGS e ginecologista há muitos anos, também diz não ter dúvidas de que a mutilação se pratica cá, embora a regra ainda seja enviar as meninas ao país de origem nas férias escolares. «Uma senhora até me disse uma vez: eu mostro-lhe onde se faz».

**O projecto da Amadora**  
Na Amadora está ainda a ser montado um circuito de sinalização, entre escolas, unidades de saúde, hospital, comissão de menores e tribunal. «Acreditamos que continua a acontecer às meninas, mas não temos ainda provas de que se faça cá. Não temos uma visão repressiva mas de protecção e sensibilização para os riscos desta prática», explica Joana Fonseca, presidente da CPCJ.

Hoje em dia, muitas das mulheres que guardam na memória a dor do corte, feito a sangue-frio e sem condições de higiene, quando tinham cinco ou seis anos, sonham em impedir que o mesmo aconteça às filhas, conta ao SOL Ana Correia, da Associação Guineense de Solidariedade Social - Aguiense. «Mas são pressionadas pela família e temem ser excluídas socialmente. São raras as que conseguem escapar», explica, acrescentando que o papel da associação tem sido levar essas mulheres a falar da sua experiência e a sensibilizar as suas comunidades.

## Alterações à lei em breve

Apesar de Portugal ser um país de risco, onde a mutilação genital feminina é considerada um crime, até agora só chegaram à Justiça três casos. Foram todos arquivados - por falta de provas, prescrição do crime ou porque, como o acto foi apenas considerado uma ofensa simples à integridade física e tinha sido praticado lá fora, a lei não se podia aplicar. Para tentar punir os promotores desta tradição, o Parlamento prepara alterações à lei. A proposta de criminalização desta prática, apresentada pelo BE, foi chumbada no passado dia 17 de Julho, mas há duas propostas do PSD e do CDS para tornar este crime público, sem necessitar de quebra, que serão votadas em Setembro. R.C.



14-08-2014

Tiragem: 48224

País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

Pág: 48

Cores: Cor

Área: 6,33 x 4,08 cm<sup>2</sup>

Corte: 2 de 2



## **Polícia vigia mutilação genital feminina em Portugal**

Há cada vez mais indícios de que a mutilação genital feminina está a ser praticada em Portugal e a Polícia tem ordem para vigiar alguns bairros suspeitos nos arredores de Lisboa. O Tribunal de Menores e o Ministério Público já abriram dois processos este ano. ➤ **Pág. 19**